



## **SEPREM - SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA, SAÚDE E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL**

Ata da 96ª (nonagésima sexta) reunião extraordinária entre o Comitê de Investimentos Sra Valéria D. Demonari e Elivaine Almeida Silva e membros do Conselho Administrativo, Sra. Regiane Ramazotto, o Sr. Danilo Reinol e Srta Kaka Lancaster realizada aos 30 de março de dois mil e vinte, às 09:30 horas, na sede do Serviço de Previdência, Saúde e Assistência Municipal do Município de Jaboticabal – SEPREM. A Sra Elivaine agradeceu a presença dos membros do Conselho Administrativo e justificou a necessidade da reunião diante do cenário atual em virtude da declaração de pandemia do coronavírus que tem afetado diretamente os investimentos no RPPS. No mês de Março, constatou-se uma forte queda nas aplicações financeiras de um modo geral. Solicitou ao Conselho Administrativo um posicionamento em relação à descapitalização mensal que vem ocorrendo por conta da necessidade de compor o saldo da folha de pagamento, devidamente especificado em todas as atas do Comitê de Investimentos. Relatou que em reunião realizada em novembro de 2019, foi sugerido pela Presidente à época do Conselho Administrativo, Sra Denise Cardoso, o valor médio de resgates mensais para apreciação do Conselho, porém, o assunto não tem sido tratado nas atas o que deixa o Comitê de Investimentos vulnerável em relação aos resgates. Sugeriu que o Conselho Administrativo oficialize formalmente a Prefeitura Municipal sobre o cenário do Instituto e agende reunião com o Prefeito Municipal para tratar o assunto e encaminhe sugestões de equacionamento do déficit atuarial. Recomendou a certificação aos membros do Conselho Administrativo e justificou que embora a Lei do Seprem não exija requisitos para participação no Conselho, a Lei 13.846/19, trouxe essa obrigatoriedade em possuir habilitação, e que o Seprem se propõe em custear o valor da Certificação aos membros. A Sra Valéria lembrou que esse é um dos requisitos auditados pelo TCE e que o Instituto já foi informado da auditoria no mês de Abril/20. Outro assunto discutido foi o Projeto de Lei que se encontra na Câmara Municipal para apreciação e votação em relação à majoração da alíquota de contribuição dos servidores para 14% e consequentemente dos entes para 28%. A pauta é importantíssima para o Instituto que aumenta o repasse mensal, além de adequar a legislação de acordo com a EC 103/19. Foi proposta a participação do Conselho Administrativo na próxima oportunidade de esclarecimento aos vereadores, acrescentou que a transferência do pagamento do auxílio doença, salário maternidade e auxílio reclusão aos Entes foi benéfica, pois o instituto deixa de restituir em torno de um milhão e meio de reais anualmente. Em consequência disso, o Seprem protocolou processo na Prefeitura sobre o cargo de Médico Perito, uma vez que o instituto não tem a legalidade para continuar com o servidor e que, por diversas vezes o Tribunal de Contas já apontou irregularidade quanto à contratação por assessoria, portanto, aguarda posicionamento da Prefeitura Municipal para firmar Termo de Cooperação a fim de não prejudicar a perícia dos atestados médicos, caso não se efetive fará a exoneração do mesmo. Os membros do Conselho Administrativo se manifestaram quanto à demora no recebimento das Atas do Conselho Fiscal. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada, assim como esta ata que segue assinada pelos presentes:

**Elivaine Almeida Silva**  
*Superintendente*

**Valéria Donizete Demonari**  
*Diretora Financeira*

**Regiane Ramazotto**  
*Presidente Cons.Adm.*

**KaKa Lancaster Barros Vicente**  
*Membro Cons.Adm.*

**Danilo Reinol**  
*Membro Cons.Adm*